Suíça: supervisão e política regulatória

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Autoridade Suíça de Supervisão do Mercado Financeiro (FINMA)

O supervisor integrado de bancos, seguradoras, casas de valores, gestores de fundos, gestores de patrimônio (por meio dos organismos de supervisão, OS), infraestruturas do mercado financeiro e, para fins de prevenção à lavagem de dinheiro, intermediários financeiros diretamente supervisionados. A área de fintech da FINMA trata das consultas sobre a classificação de tokens e modelos de negócio à luz das ICO Guidelines e é o primeiro ponto de contato para um negócio de ativos digitais.[1] Abordagem: uma consulta escrita pelo formulário online da FINMA com as informações mínimas listadas no anexo das ICO Guidelines, seguida, se a FINMA concordar, de uma reunião. A FINMA cobra por hora pelas consultas e pelos pedidos de licença. Não dá orientações orais informais em que se possa confiar, não comenta estruturas hipotéticas e espera que o advogado do requerente já tenha feito a classificação antes de perguntar. A fiscalização fica a cargo de uma divisão separada,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

cuja primeira carta a uma empresa costuma ser um pedido de informações nos termos do art. 29 da Lei suíça de Supervisão do Mercado Financeiro (FINMAG/FINMASA), que deve ser respondido com assessoria jurídica.

Banco Nacional Suíço (SNB)

O banco central, responsável pela política monetária, pela estabilidade financeira e pela vigilância dos sistemas de pagamento sistemicamente importantes. Sua relevância para os ativos digitais decorre dos projetos-piloto de CBDC de atacado (Helvetia) com a SIX Digital Exchange, de suas declarações de política sobre stablecoins e de seu papel na vigilância da SDX como infraestrutura do mercado financeiro.[2] Abordagem: o SNB não trata com empresas individualmente, salvo como operadoras de infraestrutura ou participantes de projetos-piloto. Os profissionais leem suas publicações.

Secretaria de Estado para Questões Financeiras Internacionais (SIF)

A unidade do Departamento Federal de Finanças para a política e a legislação do mercado financeiro. A SIF redigiu a Lei DLT e os relatórios do Conselho Federal sobre stablecoins e DeFi e conduz a posição suíça no GAFI, no FSB e na OCDE em matéria de criptoativos.[3] Abordagem: por meio de consultas públicas sobre projetos de lei, de associações setoriais e, para participantes relevantes do mercado, de diálogo direto. A SIF não interpreta o direito vigente para casos individuais.

Secretaria de Estado da Economia (SECO)

A autoridade responsável pela administração de sanções e pelo controle de exportações. A SECO publica as listas suíças de sanções, administra a Portaria sobre a Ucrânia, incluindo suas disposições sobre serviços de criptoativos para pessoas russas, e concede licenças e isenções.[4] Abordagem: consultas escritas à unidade de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

sanções sobre a interpretação de proibições específicas, que a SECO responde por escrito em poucas semanas. A SECO espera que o consulente identifique com precisão a disposição e os fatos e não aprova uma transação em termos genéricos.

Autoridade Federal de Supervisão das Fundações (ESA)

Integra o Departamento Federal do Interior e supervisiona fundações de alcance nacional ou internacional, o que inclui quase todas as fundações de protocolo de Zug. A pedido, a ESA analisa a escritura e os regulamentos antes da instituição, aprova alterações de finalidade e recebe relatórios e contas anuais.[5] Abordagem: um pedido de análise preliminar com a minuta da escritura, os regulamentos e uma descrição da atividade planejada, incluindo o token e sua relação com a fundação. A ESA é pragmática quanto aos ativos digitais, mas firme quanto a negócios consigo mesmo (self-dealing) e à regra de não distribuição.

Notas

1. FINMASA, arts. 4 e seguintes; a organização da FINMA e sua área de fintech são descritas na Parte C, Capítulo VII, e o processo de consulta na Parte E, Capítulo XII. ↩
2. Lei suíça do Banco Nacional, de 3 de outubro de 2003 (NBA; NBG, SR 951.11), art. 5 e arts. 19 e seguintes; o programa Helvetia é descrito na Parte E, Capítulo XI. ↩
3. Os relatórios do Conselho Federal de 14 de dezembro de 2018 (DLT) e de 2022 (DeFi), bem como os trabalhos sobre stablecoins, são descritos na Parte C, Capítulos V e VI. ↩
4. Lei suíça de Embargos, de 22 de março de 2002 (EmbA; EmbG, SR 946.231); Portaria sobre medidas relacionadas à situação na Ucrânia (SR 946.231.176.72); ver Parte F, Capítulo VII. ↩
5. Código Civil suíço (ZGB/CC), art. 84; a prática da ESA quanto às fundações de protocolo é descrita na Parte P, Capítulo II. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com